



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MIRLA MENEZES DA SILVA

**O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DA CIDADE DE ARACOIABA-CE**

REDENÇÃO- CEARÁ-BRASIL

2018

MIRLA MENEZES DA SILVA

**O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA
CIDADE DE ARACOIABA-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira- UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fatima Portela Cysne.

REDENÇÃO- CEARÁ-BRASIL

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Mirla Menezes da.

S578p

O protagonismo da mulher na gestão pública municipal de Aracoiaba-CE / Mirla Menezes da Silva. - Redenção, 2018. 54f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares.
Coorientadora: Profa. Dra. Maria do Rosario de Fatima Portela Cysne.

1. Gestão Pública. 2. Participação Feminina. 3. Luta Feminina. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 354

MIRLA MENEZES DA SILVA

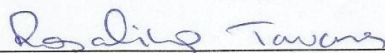
O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE
DE ARACOIABA-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Administração Pública da
Universidade da Integração Internacional da
lusofonia afro brasileira- UNILAB, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: 30/10/2018

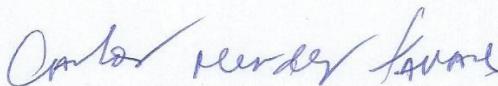
Nota: 7,5

Banca Examinadora

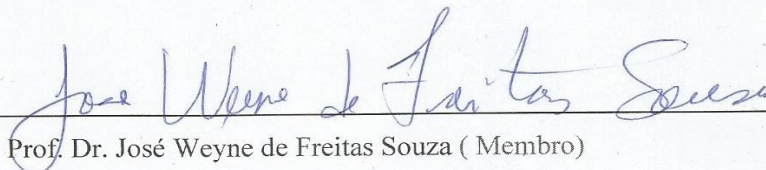


Profª. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares (Orientadora)

Profª. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne (Co-orientadora)



Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares (Membro)



Prof. Dr. José Weyne de Freitas Souza (Membro)

Dedico este trabalho a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Meu muito OBRIGADA!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus, por ter me ajudado a chegar até aqui. Aos meus pais que nunca mediram esforços para realizar o meu sonho, que também é deles. Amo vocês!

Ao Ribeiro de Sousa, por me aturar durante todo o período de construção desse trabalho, por me incentivar quando eu queria desistir, sem você não teria conseguido.

As minhas amadas amigas Erika Rocha, Leticia Ferreira e Rosiane Lima, por me ajudarem a construir esse trabalho, sem vocês não teria conseguido.

Aos meus amados Tchupichas Cristiano Filho, Wesley Pereira e Wanderson Soares, por terem sido os melhores amigos e companheiros de jornada, obrigada por tornarem o fardo da graduação mais ameno e tranquilo.

A Professora Rosalina Semedo, pelo conhecimento, apoio e carinho como orientadora. A Professora Fatima Portela, pelo apoio como co-orientadora.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) pelas oportunidades oferecidas. Estudar na UNILAB foi uma escolha decisiva para meu futuro profissional.

A todos os professores que me entusiasmaram no percurso formativo, que será eterno. Aos senhores, meu profundo respeito e admiração!

As secretárias, vereadoras e a prefeita que participaram prontamente da pesquisa. A participação delas foi de uma importância imensurável ao meu trabalho.

No mais, meu muito OBRIGADA!

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

A pesquisa surgiu pela necessidade de entender o protagonismo da mulher na gestão pública municipal. Historicamente as mulheres conquistaram diversos direitos na sociedade, mas apesar das conquistas há muitas lutas a serem conquistadas. Este trabalho tem como objetivo analisar a participação da mulher na gestão pública no município de Aracoiaba. Constituindo-se em uma investigação de caráter qualitativo, foram coletadas informações a partir de entrevistas semiestruturadas, em que foram entrevistadas quatro mulheres que ocupam e ocuparam cargos no município, foram entrevistadas: uma vereadora, uma ex-secretária, uma secretária, e atual prefeita da cidade. Como resultados identificou-se que a participação feminina na gestão pública municipal da cidade é baixa, mesmo que em alguns períodos ela tenha um aumento considerável. O espaço de trabalho foi um dos campos mais desbravados pelas mulheres, tanto no setor privado como no setor público a participação feminina aumentou, porém ainda é baixa se comparada aos homens. Considera-se então que a falta de projetos que valorize a participação da mulher no meio político e na gestão pública, assim como o fatiamento de cargos públicos comissionados em troca de apoio político são os possíveis motivos que levam a não participação feminina na cidade.

Palavras chaves: Gestão Pública. Participação feminina. Luta feminina.

ABSTRACT

The research came from the need to understand the role of women in municipal public management. Historically women have won many rights in society, but despite the achievements, there are many struggles to be won. This study aims to analyze the participation of women in public management in the municipality of Aracoiaba. As a qualitative investigation, information was collected from semi-structured interviews, where four women interviewed were interviewed: a female councilor, a former secretary, a secretary, and current mayor of the city. As results, it was identified that the female participation in the municipal public management of the city is low, even though in some periods it has a considerable increase. The workspace was one of the most developed fields for women, both in the private sector and in the public sector, women's participation has increased, but it is still low compared to men. It is concluded that the lack of public policies and the lack of appreciation of women's participation in politics and public management, as well as the apportionment and slicing of public posts commissioned in exchange for political support for the winning plaque are the reasons that lead to female participation in the city.

Keywords: Public Management. Female participation. Women's fight

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1: Desenho da estrutura administrativa da cidade.....34

QUADRO

Quadro 1: Resultado das entrevistas.....36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocupação feminina em cargos de secretarias na cidade de Aracoiaba.....	35
Tabela 2: Ocupação de Homens e Mulheres na Câmara Municipal.....	40

LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança cooperativa internacional

CUT - Central única dos trabalhadores

ENAP - Escola nacional de administração pública

ESAF - Escola superior de administração fazendária.

FPM - Fundo de participação dos municípios

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

ICMS - Circulação de mercadorias e prestações de serviços

OIT - Conferência do conselho feminino da organização internacional do trabalho

ONU - Organização das nações unidas

SEAP - Secretaria de estado da administração e do patrimônio

SPM - Secretaria especial de políticas para as mulheres

TRE - Tribunal regional eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA	18
2.1 Movimento Feminista, Empoderamento feminino e a Ascensão da mulher no poder público	18
2.2 Gestão pública municipal no Brasil e o novo papel dos municípios.	26
3. METODOLOGIA.....	31
3.1 Classificação da Pesquisa.....	31
3.2 Coleta de dados	32
3.3 Análise dos dados.....	32
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	34
4.1 Aracoíaba cidade onde cantam os pássaros.	34
4.2 Secretarias e ocupação das mulheres.....	36
4.3 O poder legislativo	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A:Instrumento de coleta aplicado a Prefeita da Cidade de Aracoíaba.....	47
APÊNDICE B:Instrumento de coleta aplicado as ex-secretárias da cidade de Aracoíaba	49
APÊNDICE C:Instrumento de coleta aplicado as vereadoras e secretarias atuais da Cidade de Aracoíaba	51
APÊNDICE D:TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	53

INTRODUÇÃO

O caminho que dividia o mundo particular da família onde se encontram as mulheres, e o mundo público do trabalho e sucesso profissional, onde estavam inseridos os homens, está cada vez mais tênue (Kurzawa, 2014). Até o início do século XX, as mulheres brasileiras não podiam trabalhar sem a permissão de seus pais ou de seus maridos. Muito se avançou nas lutas para conquista de direitos para a igualdade de gênero, e estes avanços são resultados das lutas das mulheres que buscam o seu lugar no mundo, mulheres que lutam por seu reconhecimento profissional, quebrando os estereótipos, geralmente relacionados à mulher, de que elas só servem para ser mãe, esposa e dona de casa. Com a quebra desse paradigma, direitos foram assegurados e garantindo novas oportunidades para nós mulheres.

Kurzawa (2014), aponta que foram as mulheres que primeiro questionaram o sistema de desenvolvimento baseado no patriarcalismo, cuja prática resulta no domínio e marginalização feminina. Foi esse questionamento o grande divisor de águas na modificação dessa hierarquia que subjugava as mulheres e as mantinham em situações muitas vezes humilhante. Os frutos dessas lutas foram se tornando cada vez mais frequentes e eficazes, em 1917 as brasileiras conquistaram o direito de ingressar no serviço público.

Seguindo o percurso de conquistas, em 1920, as brasileiras iniciavam a sua participação no movimento sindical, um grande marco na conquista dos nossos direitos profissionais. Carlota Pereira Queiroz, em 1933, tornou-se a primeira deputada brasileira pelo estado de São Paulo. No ano seguinte, a Assembleia Constituinte garantiu o princípio da igualdade entre os sexos, a regulamentação do trabalho feminino, a equiparação salarial e deu à mulher o direito ao voto.

A partir desse momento as mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho, por mérito e competência, onde a luta por direitos iguais e maior espaço no mercado de trabalho, ajudou a reformular conceitos e interpretações, auxiliando de forma eficaz na promoção da igualdade de oportunidades e tratamento no ambiente de trabalho.

A temática sobre a desigualdade de gênero há muito tempo tomou espaço na mídia, apesar de ser um assunto recorrente, muitos ainda acham que isso não acontece mais. A desigualdade de gênero é um tema bem pertinente, principalmente se formos analisar essa situação no mercado de trabalho, mais propriamente dito no setor público, pois é onde a participação feminina aumentou, porém ainda continua baixa.

As mulheres atualmente já avançaram bastante na busca por direitos iguais, hoje há leis que asseguram esses direitos. Porém, a participação feminina em cargos de gestão ainda é bem pequena e isso se dá por vários fatores que ao longo dessa pesquisa irei expor e analisar.

É fundamental que haja uma participação justa de ambos os sexos na administração e em todas as esferas do poder para que não só os homens tenham a oportunidade de administrar, formular conceitos e até mesmo leis, que são feitas sob a ótica daqueles que as elaboram, já que as mulheres hoje fazem parte efetivamente do mercado de trabalho. Diante da fácil constatação de que a profissional ainda precisa provar sua eficiência mais que os homens, é relevante que esta questão seja ampla e incansavelmente discutida sob o enfoque do gênero para que a sociedade caminhe mais rapidamente rumo a reorganização atendendo sua atual dinâmica. (KURZAWA, 2014, p.5).

Como afirma, Kurzawa em seu pensamento, se faz necessário a participação da mulher em todos os setores de trabalhos, sejam eles no setor privado ou no setor público, pois a presença feminina possui uma grande importância nos mais altos cargos de decisão do poder público, caso contrário, estará indo contra o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que afirma que todos são iguais perante a lei, no caput e no inciso I do mesmo artigo, está garantida a igualdade de direitos e obrigações a homens e mulheres. Desta forma, também estará indo contra os princípios da democracia. De acordo Kurzawa (2014) estaria sendo subaproveitada a contribuição de cerca de metade da população de uma sociedade, as suas capacidades e dons. Pois a democracia pressupõe uma maior participação de todos os cidadãos brasileiros, sendo que um país não pode ser considerado totalmente democrático excluindo grande parte de seus cidadãos do exercício de todas as funções de trabalho.

A reivindicação das mulheres por maior participação é constituída sobre a perspectiva de compreender que o mundo precisa ser repensado sob uma outra concepção, em que o respeito pela dignidade e pela diversidade sejam o mais importante e não a dominação. Assim, fazendo da luta por igualdade entre os gêneros um espaço privilegiado para construção de relações sociais mais justas (KURZAWA, 2014).

Em meado dos anos de 1980, emergiu no Brasil os Novos Movimentos Sociais, como por exemplo, o novo Sindicalismo e de acordo com Rosane Silva Secretária Nacional de Mulheres da CUT, no período de 2008-2015, as mulheres estavam no congresso de fundação da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que tornou-se o marco mais importante do novo sindicalismo. Essa presença foi resultado do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil contemporâneo, onde dezesseis trabalhadoras contribuíram com o sindicalismo, que surgia com a perspectiva de construir um movimento com autonomia e liberdade sindical. (PAULINO, 2017).

Mas, para Martins e Kamada (2012, p.35), o Novo Sindicalismo defendia as lutas dos movimentos feministas, mas na prática isso não acontecia de verdade, pois mesmo com pautas reivindicatórias e um histórico de lutas a presença das mulheres, como dirigentes sindicais, era pequena, podemos entender melhor, a seguir

No contexto do Novo Sindicalismo, a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a constar das pautas, orientada pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisa considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas, ou seja, não basta identificar que as mulheres são minorias em determinadas áreas ou estão concentradas em nichos, é preciso verificar quais são os mecanismos que as isolam nesses postos e reivindicar medidas que os superem.(MARTINS e KAMADA, 2012, p.35).

Diante do exposto e partindo da hipótese de que o estudo sobre o protagonismo da mulher na gestão pública pode possibilitar o entendimento do papel da mulher na sociedade brasileira, questiona-se: Quais são os motivos que impulsiona a não participação da mulher na gestão pública municipal?

No intuito de responder tal questionamento, o objetivo principal proposto por esta pesquisa é de analisar o porquê da não participação da mulher na gestão pública municipal na cidade de Aracoiaba. Pois é necessário ver como elas vem desempenhando tal função e quais, as suas percepções sobre a conquista dos direitos femininos nas atualidade. Mantendo sempre um diálogo com o âmbito político, social, econômico e cultural da cidade. Tendo como objetivos específicos:

- Levantar quantas mulheres atuam e atuaram em cargos de gestão na cidade.
- Saber se as representantes das mulheres na gestão pública municipal da cidade são respeitadas que nem os homens no ambiente de trabalho.

A pesquisa foi realizada na cidade de Aracoiaba. Onde se propôs a estudar sobre até onde os direitos conquistados pelas mulheres é aplicado na pratica e no que se refere a sua participação em assuntos e cargos tão importantes como o de gestão pública.

Além deste capítulo introdutório, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

No capítulo 2 é apresentada a fundamentação teórica, dividida em duas subseções. Parte-se do conceito de movimento Feminista, empoderamento feminino e a ascensão da mulher no poder público. No decorrer do debate, consolida-se a ideia da Gestão pública municipal no Brasil e o novo papel dos municípios. Que é de fundamental importância para o entendimento do trabalho.

No capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no presente trabalho, a classificação da pesquisa, bem como as técnicas de coleta e análise de dados que foram empregadas.

No capítulo 4 são expostos os resultados com base nas categorias analíticas referenciadas na metodologia.

Por fim, são tecidas algumas considerações sobre o papel da mulher na gestão pública municipal de Aracoiaba, bem como o seu entrelaço com questões políticas existente na cidade.

2. REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

Nesta seção será apresentada a fundamentação teórica deste trabalho. Parte-se do conceito de movimento feminista, empoderamento feminino e a ascensão da mulher, decorrente do novo papel dos municípios no Brasil.

2.1 Movimento Feminista, Empoderamento feminino e a Ascensão da mulher no poder público.

A história da humanidade, carrega consigo as marcas da violência, forjada por meio da subjugação e da exploração do homem pelo homem, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e de submissão. Segundo Costa (2008, p. 03) “Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.” Ao longo da história, a relação homem e mulher teve inúmeras transformações, onde elas eram baseadas na perspectiva cultural patriarcal, podemos entender que somos frutos da educação diferenciada, baseada na desigualdade e na metamorfose das relações. Desta forma entende-se por patriarcado:

Organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação. (Arquétipo viril)” (COSTA, p.04, 2008)

No Brasil a desigualdade de gênero disseminou-se como algo cultural por meio das raízes do patriarcado e patriarcalismo, onde as mulheres eram sempre submissas aos homens, sempre limitadas ao ambiente doméstico e restritas de todos os direitos. De acordo Falci (2010) apud Jales (2012), o destino das mulheres de elite do sertão nordestino do século XIX era o espaço privado da casa e dos assuntos domésticos. Até mesmo aquelas que tinham alguma instrução, devido às aulas particulares que recebiam de professores, não tiveram muito acesso ao espaço público dos assuntos econômico, políticos, sociais e culturais. Nesse período a mulher não era considerada uma cidadã política. Nesse sentido,

As mulheres de classes mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prezadas domésticas” – orientar os filhos, mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam

ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem-vistas socialmente (FALCI, 2010 p. 249-250).

Já no final do século XIX as mulheres passaram a pensar e questionar o seu papel na sociedade, e desta forma deram início as lutas em busca da libertação dos padrões opressores do patriarcado. Segundo Barreto (2004, p.64, apud, Paulino, 2017), “o patriarcalismo é caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura”. As desigualdades entre os homens e as mulheres, podem ser vistas nas mais diversas formas de violência contra a mulher. Visto que suas raízes estão consolidadas ao longo dos tempos. (Silva, 2011). Silva (2012, p.20) afirma que “ser mulher em uma sociedade patriarcal, significa ir contra a maré de exclusão que nos inflige, é lutar a cada dia para conquistar espaços de respeito, ter voz e vez no âmbito público”.

O movimento feminista veio com o objetivo de garantir as mulheres as lutas por direitos iguais, levantando críticas sobre as condições da mulher. Afirmando que as mulheres possuíam as mesmas oportunidades que eram dirigidas aos homens. Mas, é notória a resistência da sociedade machista, que sempre sujeita as mulheres a situações de discriminação e submissão. Foi conquistado pelo movimento feminista, alguns direitos, atualmente visto como básico, como exemplo o direito de estudar, direito ao voto, mesmo assim as mulheres ainda padecem sob o patriarcado existentes em algumas relações de trabalho, de acordo com Silva (2012, p.58, apud, PAULINO 2017)

Mesmo com as lutas e com o surgimento do movimento feminista no século XIX, a divisão sexual do trabalho é presente ainda em algumas realidades, onde as mulheres ocupam os mesmos postos de trabalho, porém, com menores salários e cargos com menos prestígio em relação aos homens.

Segundo dados do IBGE (2011) o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.857,63, enquanto as mulheres ganhavam em média R\$ 1.343,81, apesar de terem maior grau de escolaridade (PAULINO, 2017).

A ONU em suas avaliações (2017), apresentou avanços no mercado de trabalho para as mulheres, não só no Brasil, mas também em todo o mundo, porém é visto que as mulheres continuam ocupando empregos com menores remunerações e baixa qualidade, entre 1995 e 2007, a desigualdade salarial de gênero diminuiu de 38% para 29%, mas, “É importante ressaltar que essa diminuição se deve ao aumento do salário das mulheres, e não porque os salários dos homens têm diminuído”, atesta o relatório da ONU. Conforme Silva, (2017) a

Profa. MS. Ana Claudia Fernandes Gomes, mestre em Sociologia da Cultura em uma conversa como portal carreira & sucesso. Afirmou que:

A igualdade de gênero ou a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres é uma das “Metas do Milênio”, pautadas pela ONU durante o ano 2000, ou seja, até o ano 3000 teremos como objetivo o combate a preconceitos e discriminações entre os sexos relacionados ao acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Mais do que educar para a igualdade de gêneros, devemos incentivar a equidade social, que valoriza o respeito às diferenças e promove a garantia dos direitos a partir das especificidades. Por exemplo, o direito ao trabalho deve também garantir o direito da mulher à gestação, à maternidade e à amamentação de seus filhos sem desvalorização de seu acesso e permanência no mercado de trabalho. Educar para a diversidade, reconhecer diferentes demandas e estabelecer parcerias entre instituições públicas, privadas e não governamentais na promoção da garantia de direitos são elementos essenciais para a configuração de uma sociedade democrática construída por todos. (SILVA, 2017, p.10).

Após o impulso do movimento feminista e com a tomada de consciência das mulheres ficou evidente que elas começaram a realizar grandes trabalhos, no qual eram ignorados pela sociedade, e quando visto e reconhecido, os mesmos eram justificados em nome do amor e dever maternal. Rago (1997) define esse amor maternal como uma forma de “persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam a sua vocação natural”. E de acordo com a autora podemos acrescentar que nesse cenário cria-se uma representação simbólica da mulher como esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, assexuada.

Desde que a mulher foi inserida no mercado de trabalho houve a hierarquização nas relações trabalhistas onde os homens estavam sempre direcionados a altos cargos da sociedade e as mulheres geralmente trabalhavam nas indústrias (PAULINO, 2017).

As raízes do machismo estão presentes em todas as partes, disfarçadas de diversas formas, como em pensamentos de que há determinados cargos que apenas os homens podem exercer. Onde vale apontar, que desde a inserção da mulher no mercado de trabalho, há violência onde elas são vítimas frequentes por serem minoria e inferiorizadas de acordo com a cultura do patriarcado, que é o assédio podendo ele ser moral, sexual ou ambos.

No momento em que a mulher se inseriu no mercado de trabalho e passou a ladar com o homem por longas jornadas, as primeiras condutas de hostilidade, de reação masculina e de imposição da superioridade do homem sobre a mulher no espaço de trabalho foram travadas por meio do assédio sexual. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017, p.05).

O assédio sexual pode ser realizado por meio do contato físico ou verbal, por gestos, como também por mensagens via redes sociais, através de chantagens que, muitas vezes, há um

abuso de poder nos cargos de chefia, com exigências de algum ato sexual em troca de benefícios ou até mesmo para evitar represálias no trabalho em virtude da sua posição como superior. E muitas vezes esses abusos são levados para fora do ambiente de trabalho, vitimando as mulheres, onde apresenta-se um alto índice de feminicídio, que vai além das relações de trabalhos e perpassa para as relações afetivas, onde não há conformidade e respeito dos homens em relação a negação das mulheres ao envolvimento com eles.

Por muitas vezes o assédio sexual é confundido como assédio moral pela falta de informação, subordinação, ou até mesmo pela mulher se sentir inferior ao homem como foi programada culturalmente a pensar. Todas essas desigualdades se perpetuam por todos os lugares (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017, *apud*, Paulino 2011, p.15).

Mesmo com todos os percalços, vale destacar que alguns direitos fundamentais foram adquiridos ao longo do tempo. Como o direito ao voto que foi conquistado no ano 1932, mas que teve um longo percurso a ser traçado. No Brasil as primeiras manifestações pelo direito ao voto da mulher deram-se no final do século XX, Onde destaca-se a liderança da abolicionista e feminista Nísia Floresta do Rio grande do Norte. Neste mesmo estado foi dado o marco inicial da mulher na política, pois ali foi eleita a primeira mulher para o cargo de Prefeita, antes nunca visto na história deste país. Porém a mesma não pode desfrutar de sua conquista, por que a comissão de Poderes do Senado anulou todos os votos femininos. Seria a ir um retrocesso da história?

Engana-se quem acreditou que após tantos anos de luta e sofrimento as mulheres iriam se abater com uma derrota. No ano de 1922, a senhora Bertha Lutz, fundou a Federação pelo Progresso Feminino, no qual ficou marcado como o movimento decisivo para a conquista do direito definitivo ao voto das mulheres. Diante de uma conturbada conjuntura política por qual passava os anos da República Velha, onde a recente classe operária iniciava sua organização e suas lutas, os intelectuais começavam a romper com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres sedentas queriam votar e serem votadas. Sendo assim, a partir da vitória do movimento revolucionário burguês, tendo à frente Getúlio Vargas, que aterrou a República Velha, criando assim uma nova conjuntura de avanços. Avanços esses que abriu espaço à conquista das mulheres ao direito de votar.

Desde modo, esse direito foi assegurado às mulheres pelo Decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado por Getúlio Vargas. O artigo 2º dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. De início o voto feminino não era obrigatório, conforme o artigo 121: “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em

qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”. Porém a obrigatoriedade do voto das mulheres surgiu a partir de 1946.

A luta pela igualdade de gênero teve avanços bastante significativos na sociedade brasileira, tendo por trás todas as mudanças estruturais e as lutas do movimento feminista e de mulheres no decorrer do século XX. Vale destacar o movimento de mulheres que emergiu na década de 1960, que teve o mérito de introduzir na agenda política questões que até então estavam restritas à esfera, supostamente despolitizada e neutra, da vida privada, trazendo para o debate público temas como sexualidade e corpo feminino.

É importante frisar que esse movimento também lutava por liberdades democráticas em um país em que elas estavam oprimidas pelo autoritarismo da ditadura militar instalada em 1964. As mulheres formaram uma equipe de combate nas batalhas gerais do povo brasileiro, em buscar de conquistar a democracia e a liberdade em todos os sentidos da palavra. Para encerrar o ciclo de 21 anos de militância, e dar início a reconstrução democrática pós- 1985, a causa da igualdade de gênero adquiriu centralidade na luta das mulheres, pelo reconhecimento de suas condições cidadãs, sendo sujeitos de direito, capaz de decidir sobre suas próprias vidas.

A Constituição de 1998, tem, entre seus eixos, alguns princípios ligados aos direitos humanos, onde a partir dele se definem as responsabilidades do estado, que implicou em avanços no âmbito de igualdade entre homens e mulheres. Mesmo, após tais modificações a participação política da mulher ainda é baixíssima no congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, onde foi considerada uma das mais baixas da América Latina.

A partir da Constituição de 1988, as mulheres brasileiras lutaram para ocupar mais espaços de poder e de decisão, entendendo que as transformações sociais, políticas e econômicas que aconteceu e ainda acontece no Brasil, dar-se-á pela efetiva participação e ampliação do poder político das mulheres, elas que atualmente são a maioria da população brasileira, ocupando cerca de 40% da chefia de suas famílias. No ano de 2010 teve seu ápice de representatividade feminina, quando a primeira mulher assumiu o cargo de Presidente da República, a senhora ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

Apesar de tamanha conquista, se faz necessário ainda a intensificação da mulher nas mais diversas esferas de decisão, seja na universidade, nos partidos políticos, nas gestões públicas, nas casas legislativas, no poder judiciário, nas entidades e movimentos sociais e sindicais.

Um debate sobre a implementação de políticas de Estado se faz necessário, onde elas sejam capazes de contribuir para o enfrentamento de todas as formas de violência; para a

promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres; para a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; para o combate a todas as formas de racismo, homofobia e intolerância religiosa; para a prevenção, denúncia e punição de crimes de tráfico de mulheres e escravidão sexual; para a promoção da imagem da mulher real pelos mais diferentes meios de comunicação de massa.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM) tem apontado a importância de superar a subrepresentação política das mulheres. Para tanto, é preciso garantir uma reforma política efetivamente democrática, com financiamento público de campanha, garantia de coligações proporcionais e lista fechada com alternância de gênero. Além disso, o cumprimento da lei que garante a cota de 30% para candidaturas femininas, a aplicação de 5% do fundo partidário para formação política das mulheres como forma de favorecer o ingresso e melhores condições de disputa para as candidaturas femininas e 10% do tempo de TV para as mulheres. Destacamos ainda a importância da Lei 17490, que institui o dia estadual da conquista do voto feminino no Brasil no calendário oficial do Estado do Paraná. (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná).

Após os marcos da história das lutas das mulheres, onde o movimento feminista veio contribuir grandemente com a causa e foi um divisor de águas no debate sobre o papel da mulher na sociedade. Atualmente muito se fala de empoderamento feminino, onde o mesmo está ligado diretamente com as lutas que a séculos as mulheres vem traçando, e durante todo esse percurso histórico, avanços foram realizados, e que ao longo do tempo a mulher constituiu fortemente o seu papel na sociedade, vem conquistando mais espaço no mercado de trabalho, tanto no âmbito privado como no setor público.

EMPODERAMENTO: Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente. (Cartilha Princípios do empoderamento das mulheres, 2016 p.21).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE as mulheres somam 51,03% da população brasileira, e ocupam apenas 39,7 % dos cargos públicos sendo que os homens ocupam 67,3% dos cargos. Apesar da desigualdade de ocupação dos cargos, isso representa, para as mulheres, um pequeno avanço na luta por direitos iguais e equidade de gênero.

Na gestão pública a desigualdade acontece por meio dos processos de seleção, a influência política nas indicações, os problemas de descontinuidades que ocorre por meio dos processos eleitorais trazem para esse cenário da participação feminina uma nova forma de mascarar a desigualdade de gênero. Pois essas questões podem ser usadas como justificativas para manter o machismo e o patriarcado no ambiente de trabalho.

Podemos ver isso quando se trata da atuação das mulheres em meios políticos e em cargos de gestão da seguinte maneira, explicada por BOTERO e SHERER 2017, p.04. “Dados referentes à participação de mulheres em esferas do governo mostram que elas continuam sendo sub-representadas, indicando que a desigualdade no campo político também pode ser reflexo de uma desigualdade nos campos cultural, social e econômico.”

Mesmo sendo obrigatório pela Lei nº 9.504/97 que todos os partidos ou coligações devem conter em sua composição o mínimo de 30% e máximo de 70% de candidatos por sexo. (KURZAWA, 2014).

BOTERO e SHERER 2017, p.05. Afirmam que

Embora o número de mulheres atuantes na política venha aumentando ao longo dos últimos anos ainda é sub-representado se comparado ao número de homens que exercem cargos políticos, podendo-se afirmar que o cenário político brasileiro ainda é marcado por traços de coronelismo masculino.

Dados coletados pela Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio- SEAP no ano de 2001, mostra que o papel da mulher na administração pública federal é de quarenta e quatro por cento do quadro efetivo, no entanto, quanto maior o nível de decisão, menor é a participação da mulher.

Segundo pesquisa de opinião pública nacional feita pelo instituto de pesquisa Vox Populi, a atuação das mulheres em cargos públicos foi considerada muito mais positiva do que a dos homens. O levantamento mostra que elas são consideradas, pela população e até mesmo pelos próprios homens, mais confiáveis, honestas, competentes, firmes, capazes e mais responsáveis. (KURZAWA, 2014, p.02).

Após os dados desse levantamento, que apesar de serem distantes dos dias de hoje, reflete consideravelmente sobre a atual situação das mulheres. Desta forma podemos observar que mesmo as mulheres tendo uma boa aceitação da população, em relação a sua atuação nos cargos público, vemos que isso ainda não é algo que ocorre com frequência, e devemos identificar os aspectos que levam a isso.

A dificuldade maior se encontra no setor público, já que no setor privado as mulheres vêm a cada dia mais conquistando seu espaço, buscando sempre se qualificar para que esse seja

o seu diferencial e não o gênero. Mas, não fazendo do setor privado o melhor espaço para a atuação das mulheres, pois é nesse meio onde ocorrem mais casos de assédio sexual, com índice de 42% de casos de assédio sexual (Folha de São Paulo, 2018).

Segundo Kurzawa (2014) o setor público busca meios para amenizar ou até mesmo acabar com a desigualdade entre os gêneros, e umas dessas ações foi a criação de cursos de capacitação gerencial direcionado apenas para as mulheres, na Escola Nacional de Administração Pública -ENAP e Escola Superior de Administração Fazendária –ESAF.

Outro exemplo importante no combate à discriminação contra a mulher na Administração pública, é a determinação do Governo Federal em 2002, para que todos os órgãos e entidades da administração em nível Federal elaborem planos bienais com metas e ações no sentido de promover igualdade de oportunidades entre os sexos. (KURZAWA, 2014, p.04).

No século XX, a discussão da temática de igualdade de gênero já era bastante pertinente, tanto que no ano de 1975 a ONU, criou a década das mulheres, no período de 1976 a 1986. Nota-se que desde muito tempo a discussão sobre o papel da mulher vem sendo abordada criticamente, tanto nos lares como no meio público. Pensando na importância da discussão do tema, a Aliança Cooperativa Internacional- ACI, criou o programa de ação Regional para as Mulheres da América Latina e do caribe. Onde possuem oito áreas de estratégias: Equidade de Gênero; Desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento; Eliminação da pobreza; Igualdade de participação das mulheres nas tomadas de decisões, no poder, na vida privada e pública; Direitos humanos, paz e violência; Divisão de responsabilidades familiares; reconhecimento da pluralidade cultural da região; Apoio e cooperação internacional; Acompanhamento efetivo por parte das organizações e instituições (DALLER, 2010, p.02).

No governo do ex-presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, tendo como objetivos, formular, coordenar e articular políticas para as mulheres, bem como “elaborar e implementar campanhas educativas e anti-discriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo com vistas à promoção da igualdade.” (Art. 22, Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003, Convertida na lei nº10.683, de 2003).

Foi realizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres duas Conferências Nacionais, nas quais participaram, por todo o país, cerca de 120 mil mulheres, na I Conferência

de 2004, e 200 mil mulheres na II Conferência de 2007. Essa mobilização se deu através de conferências estaduais e municipais, respeitando o princípio adotado pelo governo de “garantir a participação social em todas as etapas de construção das políticas Públicas.” (Relatório- I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - 2005 – 2007 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília 2009) Da I Conferência resultaram 199 iniciativas das 239 deliberadas na plenária final, referentes a ações nas áreas de trabalho, saúde, educação e violência. Da II Conferência resultaram 388 ações das 394 deliberadas.

2.2 Gestão pública municipal no Brasil e o novo papel dos municípios.

Segundo Marx (2010, p.01):

A Gestão Pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. No entanto para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz.

Já para Lima (2006) apud Marx (2010, p.03), “gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”. Deste modo percebe-se que gestão pública é a forma como os administradores públicos efetuam seus trabalhos para buscar atender todas necessidades e demandas da sociedade. E é a partir da forma como um administrador gere a máquina pública que podemos ver o quão ele está sendo eficiente e eficaz na sua gestão.

Há três décadas, o tema gestão municipal virou um tema bastante discutido, no que se refere a formulação e a execução das políticas públicas brasileiras. Isso ocorreu por meio da redefinição do que seria o papel dos municípios brasileiros no cumprimento de suas obrigações para com a sociedade, onde a mudança dos processos influenciou bastante para que isso ocorresse. Processos esses que foram: a descentralização federativa, a universalização dos direitos da cidadania e a instituição da seguridade social. Esses processos influenciaram em importantes impactos nas relações fiscais da federação brasileira, principalmente após as mudanças constitucionais de 1988, com a ampliação das competências tributárias e das responsabilidades de gastos municipais. No entanto, essas mudanças também afetaram as desigualdades na repartição dos recursos entre os municípios.

Segundo Boueri (2009), no ano de 1980 houve o processo de desconcentração dos recursos. Onde ocorreu aumento na disponibilidade de receita para os municípios, que foi resultado da Emenda Constitucional no 23\1983, onde elevou o percentual do Fundo de

Participação dos Municípios (FPM), fechando assim as aberturas legais que possibilitavam à União de reduzir as bases sobre as quais recaíam os percentuais destas e de outras participações dos municípios na receita tributária (Veloso, 2011).

A redefinição do papel dos municípios ocorreu por meio da descentralização, que teve seu processo acelerado na Constituição Federal de 1988, onde os municípios passaram a ser entes autônomo. Para Rezende (1997) apud Veloso (2011), é necessário destacar quatro aspectos importantes do processo de descentralização: I) o desequilíbrio entre a repartição de recursos e de atribuições; II) as assimetrias na repartição dos recursos entre municípios; III) o incentivo à criação de novos municípios; e IV) a dissociação das tendências de concentração de demandas de recursos.

O primeiro aspecto relaciona-se a instabilidade que havia entre a repartição de recursos e de atribuições entre as esferas do governo. Segundo Veloso (2011), Não ocorreu de forma ordenada esse processo de descentralização, causando maior descentralização de recursos do que de atribuições. Esta instabilidade teve seu agrave pelo aumento das responsabilidades do Estado, onde devido à universalização dos direitos da cidadania e à instituição da seguridade social. “Na ausência de definições claras sobre como reparti-las, coube ao governo federal o financiamento dessas novas responsabilidades na forma de contribuições sociais, conforme apresentado por Rezende (2007).” Onde “Parte da perda inicial da União na participação da arrecadação tributária foi compensada com o aumento das contribuições sociais, promovendo recentralização de recursos” (VELOSO, 2011, p. 09).

Os municípios tiveram suas participações financeiras na União diminuída, fazendo assim, com que suas responsabilidades aumentassem. Pois o Estado não mantinha e nem desenvolviam interesse em participar de programas sociais, uma vez que não sustentaram os ganhos por arrecadação. Desta forma ficou imprescindível a ampliação da importância dos municípios no provimento de bens e serviços públicos, com a elevação do coeficiente de distribuição do FPM e com a descentralização do atendimento básico de saúde e da educação básica, aumentando muito o poder político dos prefeitos, conforme apresentado por Boueri *et al.* (2009) apud Veloso (2011).

Segundo Rezende e Afonso (2002, p.15):

... razões políticas e argumentos de eficácia resultaram em uma menor participação dos estados em relação aos municípios, já que estes possuíam as melhores condições de atender às necessidades da comunidade local. Estes argumentos resultaram no aumento das transferências da União para os municípios em detrimento do papel dos estados.

O segundo aspecto refere-se a desigualdade na disponibilidade de recursos entre os municípios, onde reflete na dificuldade de conciliar descentralização fiscal com as desigualdades regionais. Essas desigualdades são caracterizados por Rezende (1997) apud Veloso (2011) de duas formas: I) concentração da base produtiva, que limita as possibilidades de geração de recursos próprios em volume suficiente para atender às demandas da população; e II) visão estereotipada das desigualdades regionais na qual são baseados os critérios de rateio das partilhas de receita e das transferências compensatórias, que não consideram as desigualdades intrarregionais.

Gomes e Mac Dowell (2000) em seus levantamentos sobre a receita total per capita dos municípios desagregados por faixa populacional. Observou três situações gerais. A primeira delas, é que “Os municípios de menor contingente populacional são os que apresentam os maiores valores de receita corrente total per capita por serem os grandes beneficiados dos critérios de repartição de recursos tributários, especialmente os federais.” A segunda observação afirma que “Os municípios de maior população também possuem valores elevados no indicador de receita corrente per capita, porém, em função de maior arrecadação própria e maior participação na cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS)”. E Finalmente a terceira observação apresentam “os municípios de população média possuem a pior situação fiscal, por não terem os mesmos benefícios na repartição dos tributos que os menores possuem nem apresentarem a mesma capacidade de arrecadação e participação no ICMS dos municípios de maior contingente populacional”.

Desta forma, podemos notar uma situação adversa onde, por um lado os municípios que possuem condições mais favoráveis para produzir receita própria, são os mesmos que possuem um grande contingente populacional, que os limitam na geração de recursos próprios em volume suficiente que possa atender todas as demandas da população. Já por outro lado, os municípios que dependem de recursos oriundos de transferências, pois geralmente não possuem base econômica desenvolvida, não são incentivados a realizar o melhor uso de suas próprias capacidades tributaria. De acordo com Veloso (2011, p.16):

...os critérios de rateio beneficiam os menores municípios em termos populacionais, o resultado da conjugação desses fatores é acentuada assimetria na disponibilidade de recursos por habitante, o que dificulta a definição de padrão compatível com as demandas locais e as disponibilidades de recursos financeiros, humanos e gerenciais para atendê-las, comprometendo a gestão eficiente dos gastos públicos.

O terceiro aspecto levanta a questão da multiplicação dos municípios, o que enfatizou as desigualdades já existentes. As regras de emancipação dos antigos distritos da Constituição de 1988 facilitaram essa desigualdade, onde foram incentivadas pelas regras de rateio do FPM.

E por fim, o quarto aspecto que apresenta à separação que há entre as tendências de concentração espacial dos recursos e de concentração das demandas por esses recursos. Como foi apresentado no segundo aspecto a descentralização favoreceu os pequenos municípios. Porém, o processo socioeconômico, retém os problemas no âmbito inverso. Nota-se que a grande demanda fica concentrada nos centros urbanos, pois o ritmo de urbanização e a metropolização da pobreza, junto com os maiores custos de solução dos problemas encontrados, que exigem uma maior complexidade de tecnologia. Sendo assim, é visto que a atenção do Estado deveria voltar-se para as populações com mais índice de fragilidade econômica, que estão localizadas nos centros urbanos, e que não visto no atual sistema de transferências. Como explica Veloso (2011, p.10) “Sob essa perspectiva, a concentração espacial dos recursos pode gerar distorções como maior dependência das regiões metropolitanas e das cidades de médio porte pela atuação direta da União e dos estados na solução de problemas sociais”

Desse modo, nas últimas três décadas houve modificações do que seria e deveria ser o papel dos municípios no que diz respeito o provimento de bens e serviços públicos para a população. Com o processo de descentralização foi possibilitado aos municípios um maior acesso as parcelas dos recursos públicos, entretanto, ao mesmo tempo possibilitou a ampliação da atuação direta em áreas que até então eram de incumbência das esferas estadual e federal. Junto com as novas responsabilidades e atribuições específicas assumidas, veio também a necessidade de profissionais qualificados no âmbito da gestão municipal, quanto a necessidade de instituições que ocupem a função de controle democrático ou populares de ação pública.

Essas necessidades tornaram-se um grande obstáculo para que as políticas de desenvolvimento possam ser realizadas e alcançar de forma homogênea todas camadas das populações e das mais diversas regiões no país.

Afirma Veloso (2011, p.15) que “... conseguinte, o fortalecimento da capacidade de gestão municipal é condição imperativa para que o desenvolvimento ocorra de forma menos desigual em um país tão descentralizado administrativamente como o Brasil.”

Destaca-se como um grande obstáculo que recai sobre a gestão pública brasileira é o da falta de institucionalização da mesma, onde as mudanças políticas possibilitam a descontinuidade nas ações públicas, principalmente na esfera municipal. As deficiências que existe na gestão é oriunda desse obstáculo, onde também vem a se tornar um empecilho para que esta possa se desenvolver.

Apesar do descrédito em relação à habilidade e à capacidade dos gestores locais de gerirem os recursos públicos de forma eficiente, muitas vezes as administrações locais fazem um bom trabalho no provimento de serviços. Infelizmente, no entanto, esses esforços são geralmente pouco notados dentro e fora dos municípios. (VELOSO, 2011, p.18).

Nota-se que, por mais esforços que façam para serem reconhecidas todas as necessidades que abrange a gestão pública municipal, o desconhecimento da causa ainda é real. Onde reflete a dificuldade, por parte dos gestores federais, de possuir critérios mais apropriados para encaminhar as políticas públicas que são destinadas aos municípios.

Portanto, vale ressaltar, a necessidade que há em conhecer a forma mais coerente que está organizada as administrações municipais do Brasil, deste modo, possa-se melhorar a efetividade, a eficiência e a eficácia das políticas públicas brasileiras. Contudo, a melhoria do exercício da gestão municipal é uma meta de difícil alcance, pois para tal realização, é necessária uma maior eficiência nos gastos públicos, estratégias alternativas para prestação de serviços, observar a existência de duplicação ou redundância nas atividades governamentais e uma maior transparência nas operações do governo. De acordo com VELOSO (2011, p. 19) “Além disso, ela não tende a ocorrer na ausência de uma capacidade organizacional fundamental, cuja criação ocorre no longo prazo e é baseada em sistemas e atividades institucionais, sendo a gestão um de seus componentes principais.”

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos que utilizou-se no presente trabalho, a classificação da pesquisa, bem como as técnicas de coleta e análise de dados que foram empregadas.

3.1 Classificação da Pesquisa

Esta pesquisa constituiu-se em uma investigação de caráter qualitativo, bem como um viés quantitativo, visto que há um levantamento numérico. Onde a escolha dessa abordagem justifica-se como apresenta Fraser e Gondim (2004, p. 8, apud, Julião 2015), no fato de que, “o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo”.

No que se refere a Natureza, aproximou-se de uma pesquisa aplicada e como também de uma pesquisa básica. Levando em consideração a classificação dada por Gil (2002, p. 17) das duas principais razões para se realizar uma pesquisa: “razões de ordem intelectual”, quando objetivo é simplesmente a geração do conhecimento (pesquisa pura); e “razões de ordem prática”, quando almeja-se tornar algo mais eficiente a partir dos conhecimentos gerados (pesquisa aplicada). Já a pesquisa básica, “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.34).

No que se refere aos objetivos, encaminhou-se para pesquisa exploratória-descritiva. No primeiro momento, foi realizada a pesquisa exploratória com a finalidade de obter uma visão geral sobre o objeto de estudo. Após uma sistematização maior do estudo, buscou-se realizar uma pesquisa descritiva, a fim de alcançar além do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos do trabalho:

- A. Saber se as mulheres aracoiaibense conhecem todos os direitos adquiridos ao longo do tempo.
- B. Saber quantas mulheres atuam e atuaram em cargos de gestão na cidade.
- C. Compreender a situação sociopolítica das mulheres aracoiaibense.

Os procedimentos técnicos utilizado, aproximou de um estudo de caso e de um grupo focal, com o auxílio da pesquisa documental e bibliográfica, “que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. (SEVERINO, 2007, p.122). Dessa forma, tal procedimento possibilitou o

embasamento teórico, que influenciou, na análise dos dados coletados na pesquisa. Nas palavras de Yin (2001, p. 32), o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Já para Kitzinger (2000) *apud* Trad (2009), “o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação”, tendo como objetivo principal, a reunião de “informações detalhadas sobre um tópico específico [...] a partir de um grupo de participantes selecionados” (TRAD, 2009).

3.2 Coleta de dados

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de coletar subsídios para o embasamento teórico do estudo proposto, assim como realizar a cobertura dos apontamentos que os estudos empíricos vêm assinalando. O levantamento bibliográfico teve como foco as seguintes temáticas: Histórico de lutas das mulheres, empoderamento feminino, e gestão municipal no Brasil.

O emprego da pesquisa documental justifica-se pelo uso de fontes de dados no estudo, como: Registro de Portarias que nomearam todas as Secretarias desde o ano de 2010. Como Também todas as mulheres que estiveram e estão no exercício de vereadoras da cidade.

Além dos dados documentais, foram coletadas informações junto a atores-chave para a construção da pesquisa, sendo eles:

- A. As vereadoras em exercício;
- B. As secretarias em exercício, assim como as que já atuaram no município.
- C. A Prefeita da cidade

Para isso, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A utilização dessa técnica fundamentou-se na necessidade de entender em profundidade as percepções destes atores em relação ao objeto de estudo. Nos casos em que não foi possível a realização da entrevista, enviou-se o questionário por *e-mail*.

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados por meio da entrevista foram transcritos e junto aos dados secundários foram agrupados, sistematizados e analisados com base nas seguintes categorias analíticas: Como as mulheres enxergam o seu papel na sociedade de Aracoiaba, o que elas

entendem por empoderamento feminino, como avaliam a participação da mulher na gestão pública municipal da cidade, e as relações de desigualdade de gênero.

Para análise dos dados recolhidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977, p. 42, apud, Julião 2015, p.28): “constitui em um conjunto de técnicas para análise de comunicação que se dá por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, com o objetivo de obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens, procurando ir além das mensagens concretas”.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção ira ser apresentado um breve histórico da cidade de Aracoiaba, para conhecermos e adentrar na realidade na qual estão inseridas as mulheres, e iniciamos a apresentação dos resultados.

4.1 Aracoiaba cidade onde cantam os pássaros.

Aracoiaba é uma antiga comunidade do Ceará, remontando à primeira metade do Século XVIII. Segundo dados do IBGE (2018), a cidade possui aproximadamente 26.269 habitantes e fica a distância de 83 km da capital Fortaleza.

O início de sua colonização aconteceu no período de 1655, onde os Jesuítas viviam na região do Maciço de Baturité, num local chamado “Comum”, (hoje Olho D’água dos Padres Jesuítas). Em 1762, o Ouvidor da Província do Ceará foi convidado a subir a serra de Baturité, pelos jesuítas, e o único meio de transporte existente naquela época era o burro. Os objetivos de tão árdua caminhada era motivar o ouvidor, a se interessar pela “Missão” e assim a transformar em “Freguesia” pois essa progressão era caminho para que posteriormente tornar-se “Vila”, com as decorrentes vantagens que vinham.

A visita foi feita tendo como conclusão do senhor Ouvidor que a topografia impedia que a região fosse edificada e transformada em cidade, porém houve uma união dos povos “jenipapos”, “Canidé”, “Chorós” e os “Quesitos” e assim encontrassem uma planície que o Ouvidor apreciou lá no alto da serra, onde a paisagem era alterada apenas pelos relevos da “Pedra Aguda”, acidentes geográficos situados na Região, hoje, Aracoiaba. Estes índios eram de origem “Tupi Guarani”, conhecidos por sua cultura um pouco mais evoluída, devido suas localizações próximas ao litoral cearense.

Após dois anos, os jenipapos desceram o rio Aracoiaba, onde era por meio deste rio que se realizava as transações comerciais, que ia até Choro e Ideal. Para que tivessem melhor acesso a capital cearense, o Senhor Marcelino, carroceiro, transportador na época construiu sua barraca as margens do rio Aracoiaba. Este caminho tornou-se importante para homens e animais. Daí surgiu as famosas frases “Vamos nos encontrar lá no seu CANOA”, “á no CANOA” posteriormente caracterizava a região como local chamado “CANOA”. Logo em seguida ganharia o nome de ARACOIABA (ARACOEY-ABA), que era Tupi Guarani que dizem Lugar, Cantos e Pássaros.

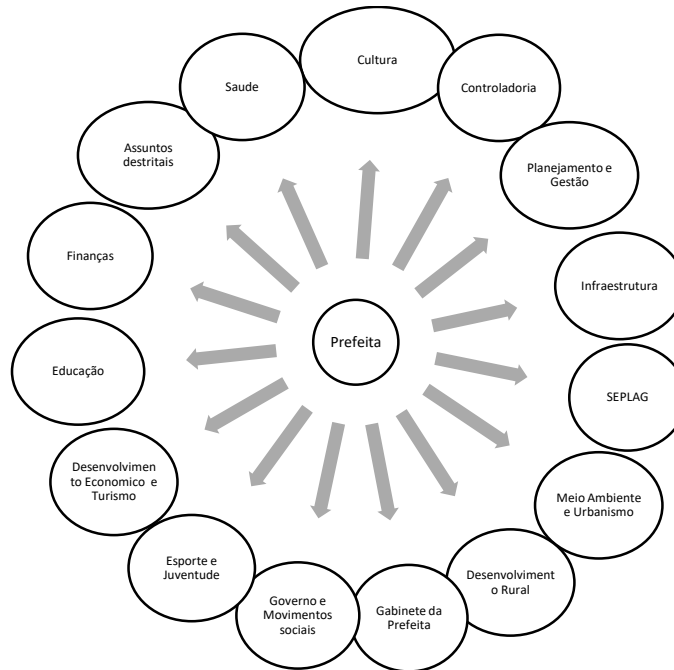
O Governador de Nossa Senhora da Assunção o cavalheiro Professor na Ordem de Cristo, Capitão Mor da Capitania do Ceará Grande, Sr. Capitão Domingos Simões Jordão, que a mando do também Capitão Pedro da Rocha Maciel, concedeu-lhe “Três Léguas de Terras” continuas e conferindo tudo na forma da petição do suplicante, para ele e seus herdeiros, ascendentes e descendentes com todas as suas águas, campos, matos, testados e logradouros que nela houverem. Era a Célebre “SESMARIA” de Pedro da Rocha Maciel, que ficava no “riacho que nasce na serra de Baturité e deságua no rio Choró”, conhecido pelo nome de rio Aracoiaba. Era de se imaginar que essas terras fossem ocupadas por lavradores, em razão das vantagens que daria se estalar as margens do rio, visto que isso seria de muito valia para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim foram, surgindo as primeiras moradias que formaram a pequena aldeia denominada "Canoa", onde, anos depois, o Ato provincial de 18 de agosto de 1871 a transformou em sede de distrito policial. Elevado à categoria de município com a denominação de Aracoiaba, pela lei estadual nº 1156, de 04-12-1933. Sob o mesmo decreto é criado o distrito de São Sebastião e anexado ao município de Aracoiaba.

Origem do topônimo: palavra indígena, (Paulino Nogueira baseado em Montoya) composta de ARÁ (ave), CÓI (falar) e ABA (lugar), significando lugar onde as aves gorjeiam. A grafia antiga da palavra era ARACOAGUABA, cuja análise conduz isto é, ovos de periquitos. Segundo Barão de Studart, ARA (ave), CÓI (falar) e ABA (lugar) significando lugar do canto das aves.

Observa-se então que o Município de Aracoiaba nunca pertenceu a Baturité, pois praticamente foi criado 37 anos antes daquele e vivia independente. Por meio de luta democrática e ilustres representantes de Aracoiaba, que 41 anos depois de tornar-se Município que aconteceu assim a tão sonhada emancipação. Entre os ilustres nomes que lutaram para tal feito, estão: Eduardo, Aristides e Eugênio de Castro e Silva, Pedro Guedes Alcoforado, Cirilino Patrício Pimenta, Antônio Alves da Rocha, José Lopes da Silva, com o apoio do Presidente Getúlio Vargas, Marechal Juarez do Nascimento Fernandes Távora e outros.

4.2 Secretarias e ocupação das mulheres.

Figura 1: Desenho da estrutura administrativa da cidade



Fonte: Autoria própria (2018)

Como exposto na figura a Prefeitura de Aracoiaba é composta por 15 secretarias que relacionam-se entre si, e possuem sua autonomia no que se refere a tomada de decisão.

Dentre essas secretarias apenas 1 delas é chefiada por mulheres, e já podemos notar que a participação feminina é baixíssima, em comparação com a Cidade de Acarape, dentre as 15 secretarias que há na cidade, 5 delas são chefiadas por mulheres, e apesar de Aracoiaba possuir o mesmo número de secretarias, tem apenas 1 mulher ocupando a cadeira de secretária, atualmente.

Visto que a participação feminina na gestão pública municipal da cidade é baixíssima, procurou-se realizar um levantamento ao longo do período de 2010-2018, sobre quantas mulheres ocuparam cargos de secretárias. Esse levantamento foi realizado a partir desse período, pois nos documentos da Prefeituras só haviam anotações a partir de 2010, mas relatos de alguns funcionários mais antigos foram revelados nomes de secretárias do período de 2006, visto que as secretarias foram inseridas na estrutura administrativa da cidade apenas em 2002,

por meio da necessidade do, até então, Prefeito Ary Ribeiro de melhor gerir a cidade e desconcentrar o poder de decisão.

Tabela 1: Ocupação feminina em cargos de secretarias na cidade de Aracoiaba

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
HOMEM	12	14	12	14	15	15	13	13	14
MULHER	3	1	3	1	0	0	2	2	1
PORCENTAGEM	20%	7%	20%	7%	0%	0%	20%	20%	7%

Fonte: Secretaria de Controladoria da Prefeitura de Aracoiaba-CE (2018)

Como pode ser analisado a partir da tabela, a ocupação nos cargos de secretarias por mulheres é baixa em relação aos homens. Vejamos que nos períodos de 2010-2012 houve uma maior participação feminina, não em relação aos homens, mas em relação a participações anteriores e até sucessoras das mulheres. Já no período de 2014-2015 não houve uma mulher que ocupasse uma cadeira nas secretarias.

Ao questionar a Entrevistada x durante a entrevista, sobre a baixa ocupação das mulheres nas secretarias, já que atualmente há 15 secretárias, na cidade de Aracoiaba, e apenas uma delas é chefiada por mulheres. Foi indagado se ela poderia explicar por que isso acontece. E a entrevistada disse que “Em Aracoiaba, há um pensamento de que, há secretarias que apenas mulheres podem ocupar, um exemplo delas é a secretaria de assistência social e do gabinete do prefeito, pois as mulheres sabem lidar melhor com o público”

A mesma pergunta foi realizada a entrevistada z, e a sua resposta foi bastante pertinente se comparada a fala da entrevistada anterior. A resposta foi a seguinte:

Primeiramente pela ideia patriarcal de que homens seriam mais competentes que as mulheres, a sociedade hipócrita prega uma liberdade as mulheres mais não dá cargos de chefia. Segundo por que esses cargos não são selecionados apenas por capacidades profissionais, e sim por indicações políticas.

Com essa fala podemos observar, que na cidade há um paradigma que precisa ser quebrado, onde as mulheres continuam sendo vistas como indefesas e sem capacidades de tomar grandes decisões, que deveriam ser tomadas nas outras secretarias.

No quadro 1 serão expostas questões fundamentais para o entendimento de como funciona a participação das mulheres na cidade de Aracoiaba.

Quadro 1: Resultado das entrevistas

	Entrevistada x	Entrevistada y	Entrevistada z	Entrevistada w
Questão 01: Em Aracoiaba, na sua concepção as mulheres tem os mesmos direitos e são respeitadas que nem os homens?	Não	Nem em Aracoiaba e em nenhuma cidade brasileira, estamos longe dessa conquista. Contabilizamos alguns avanços, conquistamos alguns espaços, fizemos inserções mesmo que ainda representativas...	Não. Ainda há muitas formas de opressão contra as mulheres por que o município não tem formas de intervenções nessa realidade, faltam políticas públicas nesse sentido.	Sim, nós mulheres somos respeitadas e temos os mesmos direitos que os homens. Eu nunca vi nenhum tipo de manifestação de homens contra as mulheres. Acho que as mulheres têm grande parte da empregabilidade da nossa cidade.
Questão 02: No meio político a igualdade de gênero prevalece?	Não	Nem de longe, a discussão racial, de gênero, de inclusão das minorias é muito recente. Emanada da Constituição federal de 1988. Obtivemos alguns avanços nas duas gestões do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). Em minha opinião, Lula não rompeu com as políticas neoliberais, mas possibilitou políticas públicas significativas diluídas em ações, programas, projetos equitativos e mobilizadores da inclusão social.	Não. A verdade é que hoje somos mais da metade da população, mesmo assim temos poucas mulheres na política.	Eu não sou a melhor pessoa para falar de política, até por que não entendo muito dessa área, mas eu creio que por partes de alguns prevalece. Em Aracoiaba eu sei que prevalece
Questão 03: O que você acha que deveria ser feito pra mudar a desigualdade de gênero aqui na cidade?	Que as contratações e cargos de confiança fossem dado pela capacidade de cada indivíduo e não por politicagem.	Criar espaços dentro das próprias escolas de acolhimento às mulheres, isto demanda investimentos, muitas querem mudar de vida, mas não veem como. São totalmente dependentes. Este investimento demanda alto custo financeiro e deve ser custeados com recursos próprios, legalmente não podem ser custeados com o Fundeb. Esta proposição é bem utópica, mas seria um caminho certo. Estamos num rumo contrário exigimos das mães o que ela não pode nos oferecer.	A criação de grupos de pesquisa sobre relações de gênero nos ambientes escolares e a elaboração de um plano de ação para todo o município buscando levar o debate para todas as comunidades.	Acho que não tem nenhum tipo de desigualdade.

<p>Questão 04: Por que elas não se interessam, apesar de serem mais organizadas.</p> <p>Atualmente na cidade há 15 secretarias, sendo que apenas 1 delas é chefiada por mulheres. Você poderia explicar por que isso acontece?</p>	<p>Por que elas não se interessam, apesar de serem mais organizadas.</p>	<p>Fatiamento de cargos públicos, em prol de votos... a ganância do poder pelo poder... tudo vale em nome do poder, não há uma preocupação com o bem-estar social, sobretudo, com os mais pobres, os que mais precisam dos serviços básicos. Aracoiaba é um município muito pobre, com baixíssima receita própria.</p>	<p>A criação de grupos de pesquisa sobre relações de gênero nos ambientes escolares e a elaboração de um plano de ação para todo o município buscando levar o debate para todas as comunidades.</p>	<p>Como falei na questão 1, na nossa cidade todos temos os mesmos direitos.</p>
--	--	--	---	---

Elaborado pela própria autora como base nas entrevistas. (2018)

A falta da participação da mulher na cidade de Aracoiaba também pode ser compreendida de duas maneiras que completa os dois pontos abaixo, o primeiro deles é que a cidade contem em suas raízes o pensamento machista, de que a mulher deve ser apenas dona de casa, que deve cuidar da sua família e esposo, pensamento baseado na primeira entrevistada. A segunda delas é que por falta de motivação, não há uma manifestação de interesses por partes das mulheres aracoiabenses, mesmo que a participação delas seja obrigatória pela lei nº 9.504/97 que regi as normas para as candidaturas, onde ela assegura que cada partido ou coligação deve manter o mínimo de 30% e o máximo de 70% de participação dos gêneros. Em muitos casos elas são convidadas apenas para preencherem legenda e para o cumprimento da lei acima. Como afirma a entrevistada x “muitas vezes temos que adular as mulheres para completar o partido”

De acordo com os dados expostos no quadro, apresentado acima, podemos notar que a falta de participação feminina pode ser compreendida por dois motivos: o primeiro deles é a questão da política, onde os arranjos políticos muitas vezes dificultam que a divisão dos cargos sejam realizados por meio de análise de competência, pois como foi dito pela entrevistada y o que ocorre muitas vezes é que em troca dos votos é realizado um fatiamento dos cargos para aqueles que apoiam a chapa eleita, isso acontece frequentemente em cidades do interior, onde na maioria das vezes a maior fonte de emprego é oriunda das Prefeituras. E nesses arranjos muitas vezes só participam homens, pois como já foi apresentado, o número de mulheres no meio político ainda é baixo. O segundo é a falta de projetos voltados para a inserção e valorização da participação feminina, como bem relata a entrevistada z.

Vale ressaltar que o Brasil está em um ranking que avalia a penetração política por gêneros em 146 países, preparado pela União Interparlamentar, onde o Brasil ocupa o modesto 110º lugar, atrás de nações como Togo, Eslovênia e Serra Leoa.

No ano de 2004, realizava-se as eleições para as prefeituras municipais, onde marca um momento único na história das mulheres aracoiabenses, uma mulher finalmente seria eleita para o cargo máximo de gestão de um município. Foi eleita com 52,58% dos votos. Porém em seu primeiro mandato não há registro de mulheres ocupando cargos de secretarias, e nem mesmo cargo de vice prefeitura. Já no segundo mandato em 2008, há registro de que em 2009 duas mulheres assumiram as secretarias de Educação e de Saúde. Em que mais uma vez podemos fazer relação com a fala da entrevistada x que afirma que há a visão de que há secretarias que somente mulheres podem ocupar. Isso faz menção a questão da mulher ser vista como responsável do lar, em que faz a ligação da mulher-mãe que só pode administrar aquilo que se refere as suas atribuições como dona de casa, no qual seria gerir a educação, a saúde e até mesmo a assistência social. Mas, podemos observar pelas entrelinhas de que essas nomeações então baseadas no histórico patriarcal e na subjugação do papel que a mulher desempenha na sociedade e na família. Onde elas podem ocupar cargos públicos, mas que deverão sempre está em lugares menores que os homens.

Em agosto de 2018, o TRE-CE cassou o mandato do Prefeito Antônio Claudio Pinheiro, por motivos de desvios de verbas e abuso de poder econômico, junto com sua chapa. E em consequência desse fato, foi nomeado como Prefeita interina a senhora Maria da Conceição Alves Pinheiro, que até então era presidente da Câmara Legislativa de Aracoiaba. Com esse fato, soma-se ao total de duas mulheres a gerir a cidade, desde que a mesma obteve sua emancipação política há exatos 128 anos.

Na sessão desta quinta-feira, 30/8, a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, presidida pela desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, manteve, por unanimidade, a cassação do diploma do prefeito de Aracoiaba, Antônio Cláudio Pinheiro, e o declarou inelegível por 8 anos, juntamente, com Maria Valmira Silva de Oliveira, por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2016. (TRE-CE, 2018).

Foi descrita essa situação como meio de embasar a seguinte afirmativa. Mesmo que digam que não se vive em um mundo patriarcal, onde a subjugação do papel da mulher ainda é presente, percebe-se a partir dos fatos que a cidade de Aracoiaba é construída sobre o alicerce do machismo e do patriarcado, assim como tantas outras cidades do interior do país. Pois essas questões já estão enraizadas na cultura dessas cidades, bem como na sua estrutura, e no pensamento de muitos munícipes.

Portanto, podemos observar que durante o período analisado, as cadeiras das secretarias em sua maioria eram ocupadas pelos homens, e visto que a participação feminina na

cidade é quase insignificante se comparada ao dos homens. Nota-se que no período em que a cidade foi chefiada por uma mulher, não houve aumento da participação feminina nestes cargos, e ao longo dos anos se manteve constante, variando de 2 a 3 mulheres a ocuparem esses cargos. Esperava-se que no momento em que uma mulher fosse eleita ao cargo de Prefeita, a promoção e valorização das mulheres nos mais diversos cargos de gestão fosse maior.

4.3 O poder legislativo

O poder legislativo de um município é representado pelos vereadores (a) que compõem a câmara municipal. Onde os vereadores (a) são os representantes da população local, que exercem coletivamente suas tarefas. A câmara tem, basicamente, duas grandes atribuições, que serão detalhadas a seguir:

- A. Legislativa: produção de leis municipais sobre assuntos de interesse local;
- B. Fiscalizatória: controle de atos do Poder Executivo, mediante o acompanhamento da prestação dos serviços públicos Municipais. Os vereadores são eleitos para um período de uma legislatura, que dura quatro anos.

Os trabalhos da câmara são desenvolvidos durante as sessões legislativas, que podem ser:

- A. Ordinárias: período de tempo previsto na Lei Orgânica e durante o qual a casa legislativa funciona normalmente; e
- B. Extraordinárias: período de recesso das atividades da câmara em que é possível convocações extraordinárias para assuntos específicos. A Constituição veda o pagamento de parcelas indenizatórias pelo comparecimento às sessões legislativas extraordinárias.

Desta forma, cada município organiza a sua casa legislativa de acordo com suas necessidades. É necessário que haja um presidente e sua equipe. Onde eles são escolhidos por meio de votação no início de cada ano, após as eleições municipais. Essa eleição é resultado de alianças políticas e deverá ocorrer a cada dois anos, durante o período de quatro anos, que é estabelecido para cada gestão.

Na cidade de Aracoiaba a câmara municipal está na sua 18^o legislatura, que vai do 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2019, com os seguintes Vereadores; Francisco Helder Loureiro Paz, José Wilson Dantas da Silva, Selma Maria Bezerra Gomes, Maria da Conceição Alves Pinheiro, Sidney Brasil, Francisco Rogério Alexandre Felipe, Francisco Walmick de

Queiroz Bernardino, Estelita Freitas Viana, Francisco De Assis, Pedro Campelo Nogueira, José Nilton dos Santos, Francisco José Evangelista.

Como visto nesta lista de nomes, percebemos que há apenas três mulheres ocupando cadeiras na casa legislativa. E ao questionar a entrevistada z, sobre o porquê de apenas três mulheres estarem compondo o legislativo da cidade, ela respondeu: “pelo fato de que os eleitores seguem a mesma linha de raciocínio do sistema patriarcal, desqualificando o trabalho feminino ou minimizando-o á tarefas doméstica”. E a entrevistada x afirma que isso ocorre “Por que elas não se interessam, apesar de serem mais organizadas”

Nota-se que no discurso delas há uma contradição, visto que a não participação das mulheres, não ocorre pela falta de interesse por parte delas, mas sim pela escolha do povo, visto que no período eleitoral tiveram mais de sete mulheres candidatas ao cargo, porém apenas duas delas conseguiram se eleger e a terceira ficou como suplente.

No gráfico 2 poderá ser melhor compreendido a porcentagem que as mulheres representam em relação aos homens na câmara legislativa, atualmente.

Tabela 2: Ocupação de Homens e Mulheres na Câmara Municipal

	2009- 2012	2013-2016	2017-2019
HOMEM	8	10	11
MULHER	2	3	2
PORCENTAGEM	20%	23%	15%

Fonte: Site da câmara legislativa (2018)

Portanto, percebe-se que a participação da mulher nos espaços de poder da cidade de Aracoiaba, tem um percentual baixo, visto que ao longo do tempo isso não mudou, pois desde o ano de 1952 a 2018 apenas oito mulheres foram eleitas vereadoras da cidade. No ano de 1971 foi eleita a primeira vereadora, onde podemos marcar este momento como o primeiro marco na história da mulher aracoiabense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa constituiu em analisar a participação da mulher na gestão pública municipal da cidade de Aracoíaba. Em que ficou claro que não há uma participação feminina tão forte, visto que os dados dos levantamentos comprovam que o número de homens atuando na gestão municipal é bem maior que o de mulheres. Pois para que fosse considerado uma participação feminina média seria necessário que as mulheres ocupassem pelo menos de 30% a 50% dos cargos de gestão estudado.

A estrutura política da cidade ainda é baseada nas raízes do machismo e do patriarcado que além de está enraizada na cultura da sociedade, está consolidado na estrutura social do povo brasileiro, logo nota-se que essa não é uma característica apenas de Aracoíaba, mas sim de muitas cidades do Brasil, principalmente as do interior, onde a cultura machista, a subjugação do papel da mulher ainda é predominante.

Mas, apesar de não ser tão forte o protagonismo feminino na cidade, ela possui em sua história duas mulheres como prefeita, uma delas foi eleita com mais de 50% dos votos no ano de 2004, e a segunda foi alocada no cargo pois era a presidente da câmara legislativa da cidade e por assuntos judiciais teve que assumir o cargo. Porém a forma como ela foi colocada no cargo, não desmerece mais uma vitória na luta por direitos iguais das mulheres.

A participação das mulheres ao longo do período no qual foi instalado na estrutura política, a modalidade de secretarias, teve ao todo apenas dezesseis mulheres ocupando esse cargo de gestão tão importante, e em sua casa legislativa teve apenas oito mulheres, como diz a entrevistada z isso pode ser explicado “pelo fato de que os eleitores seguem a mesma linha de raciocínio do sistema patriarcal, desqualificando o trabalho feminino ou minimizando-a á tarefas doméstica.”

Portanto, o trabalho mostrou que não há um protagonismo feminino, tendo como possíveis causa a falta de projetos voltados para a participação e valorização das mulheres no meio político e na gestão pública municipal, e o fatiamento de cargos públicos comissionados em troca de apoio político. Valendo ressaltar que o machismo e o patriarcado também são motivos que levou e impulsionou o não protagonismo feminino na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**. Florianópolis, p.1-10, 2016.
- BLAY, E. **As prefeitas: A participação política da mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 2015.
- BOTELHO, L. L. R. **Ascensão Profissional Feminina em Organizações Baseadas em Conhecimento**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade federal de santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CAMPOS, Elza Maria. O voto feminino no Brasil – a luta pela participação política da mulher. **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**, Paraná, p.1-3.
- DALLER, V. L. O. **O Empoderamento da Mulher e a Igualdade de Gênero: Coopergênero uma Política Pública de Cooperativismo**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília. 2010.
- ECCO, Clóvis. Sagrado e subjugação do universo feminino. **Facunicamps**. Goiania, p.1-9, 2011.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 8. p. 269-288.
- Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras** / organizadores: João Francisco Alves Veloso... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2011. 303 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**. Mulher no Mercado de trabalho: Perguntas e respostas. Brasília, mar. 2012
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA**. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: O que É Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social. Brasília.2000.
- JALES, Paula Raquel da Silva. **Uma mulher na gestão pública: o caso de Aldaci Nogueira Barbosa**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- KURZAWA, Luciane Lima Peres. O Papel da Mulher na Gestão Pública. **Analista Contábil /age/serc**, Mato Grosso do Sul. 2014.

LODEN, M. **Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma.** São Bernardo do Campo, SP: Bandeirante, 1988.

MARTINI, Méry Terezinha; SOUZA, Fernanda. Mulher do século xxi: conquistas e desafios do lar ao lar. **Centro Universitário Para O Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (unidavi).** Santa Catarina, p.1-14, 2015.

MARX, Ivan. **Gestão Pública.** 2010. Disponível em: <http://www.infoescola.com/administracao/_gestao-publica/>. Acesso em: 01 ago. 2017.
Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 3. p. 99-126.

METZ, Eduardo Silva. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora,** Jari, v. 19, n. 2, p.1-10, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Assédio moral e sexual no trabalho. Brasília. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Assédio sexual no trabalho: Perguntas e respostas. Brasília. 2017

MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GENERO 11, 13. 2017, Florianópolis. **Avanços e não retrocessos” do empoderamento das mulheres trabalhadoras: não dar mais para voltar.** Santa Catarina: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 2017. 12 p.

PAULINO, Claudielle dos Santos. **Desigualdade de gênero e violência contra as mulheres no mundo do capital e do trabalho: o caso do sinsemba .** 2017. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Unilab, Redenção, 2017.

SAFFIOTI, H. **A mulher na Sociedade de Classes.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

SCHERER, Luciana; DE LIRA ROEDEL BOTELHO, Louise. As prefeitas missionárias: vivências, aprendizados e desafios das mulheres na gestão pública. **Salão do Conhecimento,** [S.l.], set. 2017. ISSN 2318-2385. Disponível em:<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7776>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Teoria e Prática Científica.** In: SEVERINO, Antônio Joaquim. 2011.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero.** 2011. 9 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social., Puc, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, M. O. **Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero. Análise.** Friedrich_Ebert-Stiftung (FES) Brasil. 2014.

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde.** 2009. disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013>.
Acesso em: Agosto, 2017.

VIII SIMPOSIO IBEROAMERICANO. 2016, Cerro Largo. **Mulheres no comando da gestão pública municipal na região das missões**. Cerro Largo: Universidade Federal da Fronteira do Sul, 2016. P.15.

APÊNDICE A

Instrumento de coleta aplicado a Prefeita da Cidade de Aracoiaba

Nome:

Tempo de exercício:

Município:

Escolaridade:

Questão 01: O que você entende de luta por direitos iguais? Acredita que em Aracoiaba o patriarcado e o machismo ainda reina no meio político?

Questão 02: hoje como prefeita de uma cidade pequena do interior do Ceará, como analisaria a participação da mulher na gestão municipal.

Questão 03: Quais foram seus maiores desafio quando foi eleita?

Questão 04: Sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher? Durante sua gestão algumas coisas foram dificultadas pelo fato de ser mulher?

Questão 05: Como foi a sua experiência de ser a segunda mulher a gerir a Cidade de Aracoiaba? Durante o seu período de gestão, você pode perceber o progresso das mulheres em cargos públicos?

Questão 06: Em Aracoiaba na sua concepção as mulheres tem os mesmos direitos e são respeitadas que nem os homens?

Questão 07: No meio político a igualdade de gênero prevalece?

Questão 08: Você como profissional da área de gestão de pública, como qualificaria a gestão feminina e a masculina que houve e há em Aracoiaba?

Questão 09: Você como mulher se sente representada pelas mulheres que atualmente atuam na gestão da cidade?

Questão 10: Na sua gestão, foi pensando algum projeto ou política pública que tratasse da questão do protagonismo feminino na nossa cidade? Se sim, Qual?

Questão 11: Você acha relevante o estudo e inquietação do tema apresentado?

Questão 12: O que você acha que deveria ser feito pra mudar a desigualdade de gênero aqui na cidade?

Questão 13: O que você entende por empoderamento feminino? Você se considera uma mulher empoderada?

Questão 14: Conhece a lei nº 9.504/97 que regi as normas para as candidaturas, onde ela assegura que cada partido ou coligação deve manter o mínimo de 30% e o máximo de 70% de participação dos gêneros?

Questão 15: Atualmente na cidade há 15 secretarias, sendo que apenas 1 delas é chefiada por mulheres. Você poderia explicar por que isso acontece?

Questão 16: A câmara Legislativa é composta por 13 membros, sendo apenas 2 mulheres, essa situação na sua opinião acontece por quê?

APÊNDICE B

Instrumento de coleta aplicado as ex-secretárias da cidade de Aracoiaba

Nome:

Tempo de exercício:

Município:

Escolaridade:

Questão 01: O que você entende por luta de direitos iguais? Acredita que em Aracoiaba o patriarcado e o machismo ainda reina no meio político?

Questão 02: Quais foram seus maiores desafios quando foi escolhida para o cargo de secretária?

Questão 03: Sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher? Durante sua gestão algumas coisas foram dificultadas pelo fato de ser mulher?

Questão 04: Qual secretaria você ocupou e por quanto tempo? Como foi a sua experiência?

Questão 05: Em Aracoiaba na sua concepção as mulheres tem os mesmos direitos e são respeitadas que nem os homens?

Questão 06: No meio político a igualdade de gênero prevalece?

Questão 07: Você como profissional da área de gestão de pública, como qualificaria a gestão feminina e a masculina que houve e há em Aracoiaba?

Questão 08: Você como mulher se sente representada pelas mulheres que atualmente atuam na gestão da cidade?

Questão 09: Quando ocupava o cargo de secretária pensou em algum projeto ou política pública que tratasse da questão do protagonismo feminino na nossa cidade?

Questão 10: Você acha relevante o estudo e inquietação do tema apresentado?

Questão 11: O que você acha que deveria ser feito pra mudar a desigualdade de gênero aqui na cidade?

Questão 12: O que você entende por empoderamento feminino? Você se considera uma mulher empoderada?

Questão 13: Como você avalia o empoderamento das mulheres e sua participação nos espaços de poder?

Questão 14: Há políticas de empoderamento feminino no setor público em Aracoiaba?

Questão 15: Como aparece a questão da discriminação e a divisão sexual no seu espaço de trabalho? Dê um exemplo concreto.

Questão 16: Quais as ações e as estratégias de enfrentamento a essas discriminações?

Questão 17: conhece a lei nº 9.504\97 que regi as normas para as candidaturas, onde ela assegura que cada partido ou coligação deve manter o mínimo de 30% e o máximo de 70% de participação dos gêneros?

Questão 18: Atualmente na cidade há 15 secretarias, sendo que apenas 2 delas é chefiada por mulheres. Você poderia explicar por que isso acontece?

Questão 19: A câmara Legislativa é composta por 13 membros, sendo apenas 2 mulheres, essa situação na sua opinião acontece por que?

Questão 20: Como está o mercado de trabalho para as mulheres?

APÊNDICE C

Instrumento de coleta aplicado as vereadoras e secretarias atuais da Cidade de Aracoiaba

Nome:

Tempo de exercício:

Município:

Escolaridade:

Questão 01: O que você entende por luta de direitos iguais? Acredita que em Aracoiaba o patriarcado e o machismo ainda reina no meio político?

Questão 02: Quais foram seus maiores desafios quando foi escolhida para o cargo de secretaria?

Questão 03: Sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher? Durante sua gestão algumas coisas foram dificultadas pelo fato de ser mulher?

Questão 04: Qual secretaria está ocupando? Como está sendo sua experiência no cargo?

Questão 05: Em Aracoiaba na sua concepção as mulheres tem os mesmos direitos e são respeitadas que nem os homens?

Questão 06: No meio político a igualdade de gênero prevalece?

Questão 07: Você como profissional da área de gestão de pública, como qualificaria a gestão feminina e a masculina que houve e há em Aracoiaba?

Questão 08: Você como mulher se sente representada pelas mulheres que atualmente atuam na gestão da cidade?

Questão 09: Você já pensou em algum projeto ou política pública que tratasse da questão do protagonismo feminino na nossa cidade?

Questão 10: Você acha relevante o estudo e inquietação do tema apresentado?

Questão 11: O que você acha que deveria ser feito pra mudar a desigualdade de gênero aqui na cidade?

Questão 12: O que você entende por empoderamento feminino? Você se considera uma mulher empoderada?

Questão 13: Como você avalia o empoderamento das mulheres e sua participação nos espaços de poder?

Questão 14: Há políticas de empoderamento feminino no setor público em Aracoiaba?

Questão 15: Como aparece a questão da discriminação e a divisão sexual no seu espaço de trabalho? Dê um exemplo concreto.

Questão 16: Quais as ações e as estratégias de enfrentamento a essas discriminações?

Questão 17: conhece a lei nº 9.504\97 que regi as normas para as candidaturas, onde ela assegura que cada partido ou coligação deve manter o mínimo de 30% e o máximo de 70% de participação dos gêneros?

Questão 18: Atualmente na cidade há 15 secretarias, sendo que apenas uma delas é chefiada por mulheres. Você poderia explicar por que isso acontece?

Questão 19: A câmara Legislativa é composta por 13 membros, sendo apenas 2 mulheres, essa situação na sua opinião acontece por que?

Questão 20: Como está o mercado de trabalho para as mulheres?

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou Mirla Menezes da Silva do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Estou realizando uma pesquisa intitulada **O protagonismo da mulher na gestão Pública municipal da cidade de Aracoiaba** com o objetivo de **Analisar a participação da mulher na gestão pública municipal na cidade de Aracoiaba.**

Convido você para participar do estudo sendo entrevistado e assim mostrar seus conhecimentos sobre as causas femininas. Sua participação será fundamental para auxiliar a elaborar o resultado dessa pesquisa. Esta se refere a uma análise tabulada de todas as informações colhida por meu de questionário pre-estruturado. Neste sentido, convidamos para que participe e responda todos as questões dessa pesquisa. A participação poderá ser presencial ou via correio eletrônico. Para isto, é necessário que nos envie retorno de como prefere realizar sua análise. Se presencial, marcaremos encontro para tal. Se via correio eletrônico, teremos um prazo para preenchimento.

Esta pesquisa pode apresentar risco mínimo, dos quais, cansaço e desconforto durante leitura e avaliação. Porém, isso pode ser minimizado disponibilizando tempo para retorno e análise.

Como benefícios, a pesquisa apresenta principalmente a educação e Promoção de conhecimentos em assuntos que até então não há muito material, e desta forma ajudara as mulheres aracoiabenses a entenderem o seu papel dentro desta sociedade. Esta pesquisa permitirá aos participantes a pensarem sobre a sociedade e o meio onde estão inseridos, podendo assim trazer algumas ideias (melhorias) para a gestão municipal.

Informo que a sua participação é totalmente voluntária. Para sua maior segurança, será mantido sigilo em relação ao seu nome e/ou quaisquer outros aspectos que possam vir a identificá-lo(a) e as informações utilizadas neste estudo possuirão a única finalidade de colaborar com o presente estudo bem como a divulgação em relatórios e revistas científicas. Além disso, você terá garantia plena de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Este documento será elaborado em duas vias para assinaturas, ficando uma com o(a) Senhor(a). Reforço que qualquer dúvida concernente ao descrito acima será esclarecida, caso surja.

Caso tenha alguma dúvida o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB encontra-se disponível para esclarecer dúvidas e/ou reclamações: Rua Abolição, 3, Centro, Redenção Tel.: (85) 3332-1414.

Termo de Consentimento Pós-Esclarecido

Eu _____, documento de identidade nº _____, declaro que entendi sobre a pesquisa **O protagonismo da mulher na gestão Pública municipal da cidade de Aracoiaba**

Aracoiaba, ____ de _____ de 2018.

Eu, _____, RG _____, na qualidade de testemunha, afirmo que o presente termo foi lido e explicado ao sujeito do estudo em minha presença.

Nome do pesquisador

Assinatura

Nome do profissional que aplicou o TCLE

Assinatura

Mirla Menezes da Silva - Telefone: (085) 9 99358526

Endereço: Rua Vicente- Conjunto Coahb; CEP: 62750-000